

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

CLAUDIO ALVES DE SÁ

**“Disciplinarização do Espaço Urbano e
Exclusão Social:
Uberlândia 1900 - 1915”**

LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZA-
GEM DE HISTÓRIA - UFU

N.º 1157 - DOAÇÃO COORDENAÇÃO

Data 07/10/1997 DO CURSO DE
HISTÓRIA - UFU

1537

S.º
C

Fevereiro/1997

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA CONHS

CAMPUS SANTA MÔNICA Bloco 1 Q (Antigo Mineirão)

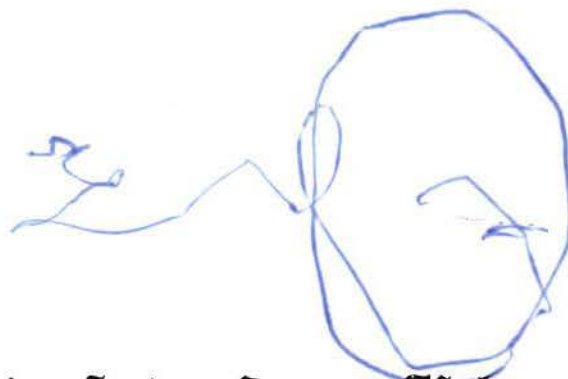
AV. UNIVERSITÁRIA S/N.º

38400-902 - UBERLÂNDIA - M.G. — BRASIL

1157

1837

CLAUDIO ALVES DE SÁ



**“Disciplinarização do Espaço Urbano e
Exclusão Social:
Uberlândia 1900 - 1915”**

Monografia desenvolvida pelo
Graduando **Claudio Alves de Sá**,
e apresentada como critério para
conclusão de curso, sob a
orientação do **Prof. Paulo
Roberto de Almeida** no
**Departamento de História da
Universidade Federal de
Uberlândia**

Fevereiro/1997

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO - PESQUISA EM HISTÓRIA - CONIS
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1-Q (Antigo Mineirão)
AV. UNIVERSITÁRIA S/N.
38400-902 - UBERLÂNDIA - M.G. — BRASIL

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	01
CAPÍTULO I	
O DISCURSO DO PROGRESSO.....	07
CAPÍTULO II	
AS CONTRADIÇÕES ENTRE LEGISLAÇÃO E MODO DE VIDA.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
FONTES.....	33
ANEXO	
FOTOGRAFIAS.....	34
BIBLIOGRAFIA.....	40

LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZA- GEM DE HISTÓRIA - UFU
N.º 1.157 - DOAÇÃO - COOP. História
Data 07/04/97

Dedicatória

A todos os alunos que vencem as barreiras sociais, e lutam contra tudo para continuarem a estudar.

À minha esposa Rosana e aos meus pais que me dão inspiração e vontade de continuar estudando

A todos os meus irmãos, e também aos companheiros do curso.

Agradecimentos

Agradeço a todos os companheiros que caminharam comigo durante o curso de graduação em história; alunos, professores e amigos.

Em destaque quero lembrar do grande apoio do meu orientador Paulo Roberto Almeida, que sempre fez meu trabalho parecer bom, mas que me levou a despertar para a importância de produzir algo.

Ao amigo Juscelino, que tanto me auxiliou nos trabalhos em grupo e discussões de textos e ao professor Paulo B. Machado que me incentivou muito, fica meu agradecimento por ter conseguido chegar aqui.

Por fim à minha companheira de estudo e esposa querida que me acompanha sempre em todos os momentos difíceis ou maravilhosos.

Obrigado Rosana.

Apresentação

Este trabalho de monografia, escrito como conclusão do curso de graduação em história, está carregado de anseios e características, que marcaram a minha formação durante meus quase cinco anos de academia. Assim, antes de começar a desenvolver o tema proposto pelo título, sinto necessidade de ressaltar o significado, as implicações e as dificuldades enfrentadas durante a produção deste trabalho. Esta exposição tem para mim o objetivo de levar ao conhecimento de futuros alunos que possam vir a tomar contato com este opúsculo do caminho a ser percorrido, por quem tem que realizar uma monografia.

Durante o transcorrer do ^{curso} passei todo o tempo envolvido com discussões teóricas e metodológicas, das quais não participei plenamente, conforme a maioria dos alunos do curso. São raras as exceções de disciplinas isoladas na qual o professor se preocupa com a análise de um documento. Apesar do discurso de que o documento seja a base de estudo do historiador, o aluno do curso fica preso a textos, provas e seminários e não tem o contato direto com os arquivos, com a pesquisa de campo, enfim o contato direto com uma fonte documental.

Assim, percebo o exercício da monografia como o momento privilegiado do curso, onde o aluno, mesmo tendo de aprender muito sozinho ou apenas com seu orientador, se empenha em produzir algo a partir do seu referencial teórico-metodológico, mas sobretudo na análise do documento. As dificuldades são

muitas, como a grande necessidade de pesquisa, e para isso é preciso ter tempo disponível, o que é muito escasso para quem trabalha 8 horas por dia, e os arquivos só funcionam em horário comercial.

Por outro lado existe o problema da escolha do tema dificultado por esta falta de contato com a documentação. Entretanto, escolhido este tema devemos escolher o orientador, outra barreira pois os professores têm cada um sua linha de pensamento e pesquisa e isto pode ir de encontro às nossas preferências pessoais e as dos próprios orientadores.

Passado esta primeira fase temos que enfrentar nossas angústias e limitações e produzirmos um projeto que contemple as aspirações que muitas vezes não possuímos. Com o projeto em mãos partimos para a pesquisa nas fontes levantadas de acordo com o tema. Ocorre muitas vezes que a documentação não responde ao nosso projeto, temos assim que mudá-los durante a pesquisa.

A monografia, para mim, significou um momento do curso onde aprendi muito, graças ao exercício no qual aliei a teoria com a prática, buscando sempre usar o presente, minhas concepções, para analisar o passado. Isto me possibilitou entender melhor um pouco da história de Uberlândia e nossa contemporaneidade.

Penso que o objetivo do historiador é resgatar este passado de forma a entender como ocorreu a história, e colocar isto no presente, para ajudar na construção do novo, para que não ocorram as mesmas falhas, e se direcione a luta de classes que está posta em nosso dia-a-dia sempre.

Déa FENELON ⁽¹⁾ chama para a discussão no sentido de mostrar a função do historiador, enfatizando sua posição política, tenta enumerar algumas possibilidades de análises e abordagens possíveis. Segundo esta autora, as mudanças ocorrem em todo modo de vida cotidianamente. Assim, para entendermos nosso mundo devemos resgatar vários temas como a criminalidade, o modo de vida, o lazer, o esporte, a violência, o mercado de trabalho, etc. É neste contexto que vou analisar meu objeto de estudo, tentando entender algumas mudanças provocadas em um momento importante na história do município de Uberlândia como foi também em toda a nação.

Em um município se formando como o de Uberabinha ⁽²⁾ durante o final do século XIX e início do XX, me deparei com uma documentação composta pelo Estatuto Municipal e suas leis, e por um discurso enfático sobre o progresso e futuro maravilhoso do município, construído pelos jornais semanários da época.

A relação estabelecida com os documentos visa mostrar nas contradições as mudanças ocorridas no início do século em Uberabinha, resgatando os rumos pretendidos por uma elite ⁽³⁾ então dominante. Minha análise é feita com a preocupação crítica de desfazer um discurso e uma prática que se encobre sob uma imagem de cidade bela, sem problemas, com um “povo” trabalhador honesto, enfim a imagem que até nossos dias tem sido passada. Assim, tento enfocar de onde vem, e quais as raízes, que fundamentam esses discursos de cidade maravilhosa, sem conflitos, de moral elevada que persiste a nossa volta.

¹ - FENELON, Déa R. O Historiador e a Cultura Popular, *Revista História e Perspectiva*, nº 6, Uberlândia, UFU, 1992.

² - São Pedro de Uberabinha, posteriormente Uberabinha, e somente em 1929 recebeu a denominação de Uberlândia.

Quero ressaltar, que tenho plena consciência de que estou interpretando um dado momento e com uma documentação específica. Portanto, a tese que defendo no meu trabalho está sujeita a novas interpretações e análises diferenciadas.

Minha preocupação básica ou fundamental é buscar as resistências mesmo que elas não estejam explícitas, pois parto do pressuposto de que um conjunto de leis e um discurso bem elaborado pelos jornais não seriam necessários se todos concordassem com as mudanças. Percebo, então, uma luta entre segmentos da sociedade do período que definiria os rumos da sociedade local, posto que este processo de embate de idéias e modos de vida díspares provocam mudanças não só nos subalternos, mas, também nos dominantes. Como exemplo, podemos analisar o conjunto de leis, que são elaboradas para enquadrar uma determinada parcela da população, mas que, graças a mobilidade social, onde uns perdem o poder e outros conseguem ascensão ao mesmo, não podemos definir categoricamente a quem estas leis prejudicam ou beneficiam. O importante é que a luta está posta.

É inteligível que em um município em formação, onde predominavam hábitos rurais, a luta para se conseguir a transformação espelhada em moldes do capital, e, portanto, seguindo o exemplo europeu, foi um processo complexo e de caráter destruidor de costumes, hábitos e práticas, que faziam parte do dia-a-dia da população do município, que até a primeira década do século XX não passava de vinte mil habitantes. Parti para a análise dos documentos tentando conseguir respostas à algumas angústias. Busco uma interpretação que possa elucidar a

³ - Na época, era constituída de fazendeiros, comerciantes, farmacêuticos, médicos, Juizes, poder

ocorrência de fatos em nossa cidade, que ainda hoje se dão, como a dominação política total de um segmento social, de onde surgiu o crescimento industrial, comercial e agrícola do município. Uma análise rápida na documentação já permite entender como a cidade vai crescendo sempre colocando sua parte feia e suja nas periferias, transparecendo que a história aqui é feita apenas por uma minoria, por uma elite. Isto não é diferente nas escritas que encontrei sobre a história do município, seus autores apesar de pretenderem analisar a verdade dos fatos, mantêm o discurso propagando a imagem criada pelos dominantes.

Minha investigação permite dizer que as pessoas viviam até certo ponto com liberdade no que diz respeito, à sua sobrevivência ⁽⁴⁾. Podiam caçar, pescar, colher frutas tropicais, ter uma relação de troca de favores etc. A luta diária visava a sobrevivência, com plantios de subsistência como as hortaliças e pomares. Meu questionamento é, então, a busca por perceber como ocorreu a passagem deste ritmo de vida para outro, no qual o cidadão tem que seguir normas e relações usurpadoras, próprias do capitalismo, que visavam o progresso e cada vez mais a transformação do homem em máquina. Ao nível do discurso é possível resgatar transformações substanciais na vida de um habitante, e com o apoio de um conjunto de leis e ações de alguns agentes sociais como a polícia, os fiscais, os jornalistas, percebo claramente uma ruptura com alguns costumes e práticas na tentativa de preparar o terreno para o progresso. Não estou afirmando

municipal, pequenos industriais e clero.

⁴ - Sidney Chalhoub na obra Trabalho, Lar e Botequim. O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 1ª ed. São Paulo, Brasiliense, 19986, páginas 46 e 47, ressalta a existência de recursos naturais, que permitem ao cidadão sobreviver sem se enquadrar no ritmo capitalista. O indivíduo com esta prática passa a ser denominado de ocioso, sendo necessário então, eliminar qualquer meio desta sobrevivência pela elite dominante.

que ocorreu uma transformação social radical, mas que se criaram mecanismos e práticas para se introduzir novos costumes e relações sociais fundamentadas numa linha progressista. Aliás, o que faço nos dois capítulos de minha dissertação é colocar o documento em evidência e discutir suas implicações e consequências no meio social. Fazer a análise de uma lei, ou um determinado discurso, verificando a posição do cidadão que recebe este conjunto de novas relações, tentando perceber que mudanças ocorrem e qual significado real na transformação de seu mundo, também é uma preocupação no meu trabalho.

Segundo Sidney CHALHOUB⁽⁵⁾, o ritmo capitalista precisava enquadrar o pobre no estilo burguês eliminando qualquer forma de sobrevivência deste indivíduo que teria de estar sob total controle, criando para isto uma noção de trabalho honesto e honrado no qual o indivíduo deveria inserir-se. Seguindo o pensamento deste autor, vou analisar as leis do código de posturas tentando demonstrar que seus artigos fazem muito bem este controle do cidadão, pois ali está regulamentada toda a vida e comportamento do indivíduo “direito”, honesto e trabalhador, de que necessitavam as relações sociais.

Da mesma forma Margareth RAGO⁽⁶⁾ trabalha a questão da moralização das novas relações familiares, da higienização necessária à nova sociedade, do discurso de liberdade contraposto pelas leis, da representação do pobre para justificar determinadas práticas e transformações. São trabalhos como estes que dão suporte teórico às minhas análises e dissertação em se tratando de uma documentação específica ao tema que discuto aqui.

⁵ - op.cit.

⁶ - Margareth Rago em, Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar. São Paulo. Paz e Terra, 1985, trás uma excelente discussão para aqueles que se interessam por este viés de análise.

CAPÍTULO I

Ⓢ “Discurso do Progresso”

Não é preciso uma análise bem detalhada das fontes documentais sobre a sociedade Uberlandense do começo do século, para percebermos transformações substanciais, nas formas de organização social até então existentes. Os primeiros anos do século XX se tornaram a base para o futuro da cidade. Pode-se dizer que a questão central nesse momento passava pela construção de uma imagem positiva do povoado de São Pedro de Uberabinha, que representasse uma cidade ordeira, pacata, bela, com habitantes honestos e humildes.

Dessa forma é que encontramos nos jornais da época um discurso enfatizando a necessidade de mudança, que aliado ao código de posturas municipais, buscam introduzir um novo imaginário concomitante às práticas de disciplinarização e coibição que norteiam a transformação do ritmo de vida no município, no ^{que} concerne aos seus costumes, mentalidade, práticas religiosas, diversões, relações comerciais e sociais. Seria uma tentativa de se criar o germe para o desenvolvimento de um capitalismo industrial até então embrionário.

“Entre estas providências cumpre-nos salientar o embelezamento das nossas ruas e praças principaes, cujos aspectos actuaes ainda produzem em quem vos visita uma impressão bastante desagradável e em desacordo com as nossas pretensões de urbs, civilizada. Outro serviço,.....é a abertura, alinhamento e arborização das trez avenidas que se entendem da cidade à Estação...”.⁽⁷⁾

⁷ - Jornal O Progresso, ano I, nº 19, 26/01/1908.

O discurso veiculado se estrutura na busca por mudanças, melhorias, pelo progresso, demonstrando uma ruptura com o *status quo* do município, por um lado, procurando desqualificar o modo de vida, e de outro, com ênfase na organização municipal, no sentido de criar condições concretas para a instalação de indústrias, incentivando também a lavoura e o comércio. O embelezamento da cidade visa atrair pessoas para morar e investir objetivando o crescimento do setor urbano.

“Trabalharemos cada um de per si, para o engrandecimento desta cidade tão ingratamente esquecida pelos poderes públicos”. ⁽⁸⁾

Os jornais cobram a todo instante um posicionamento do poder público no sentido de garantir o progresso. Fica claro a existência de um corpo social com aspirações e ideais, mas sujeitos à vontade política de grupos acostumados com os apadrinhamento político e que nada fazem para transformar a cidade. São os homens que ocupam o poder que deverão organizar e encaminhar a cidade rumo ao progresso. Nestes aspectos os jornais mostram preocupação com temas cruciais a este tão almejado progresso, um deles é a educação; a luta contra o analfabetismo se faz necessária em nome da sociedade moderna.

É perceptível ainda nas matérias de jornais suas ligações de apoio ao código de posturas municipais. Editais de leis são impressos e temas como a mendicância recebem atenção especial por parte dos editores.

“De entre as muitas providências que se impõem ao Sr. Delegado de Polícia e ao poder municipal, para o bom regular policiamento da cidade, salienta-se a proibição da mendicância a indivíduos válidos e

⁸ - Jornal A Nova Era, ano I, nº 12, 23/03/1907.

sadios, que por aí andam a explorar a caridade pública, sem outra razão, além da ociosidade a que se acostumaram.”⁽⁹⁾

Em meio a este discurso bem engendrado, é possível fazer a contra-leitura de aspectos cruciais que afloram nas dissertações jornalísticas. “*Válidos*” e “*sadios*” são exemplos em potencial de resistência às transformações e práticas disciplinares. Podemos concluir, então, que existe um embate de forças e, a cada medida que um segmento coloca em prática, o outro lado se adapta e busca novas alternativas para manter seu ritmo de vida. Percebemos que uma parcela de indivíduos busca outras alternativas para sobreviverem. Porém, esta é uma discussão que abordaremos mais adiante.

A problemática agora é mostrar o movimento dos acontecimentos, que levaram a um processo de exclusão social gradativo, ou brusco, dependendo da situação, paulatinamente à constituição do município e organização das novas diretrizes que conduziriam ao progresso. Entretanto, estas transformações não ocorreram isoladamente aqui na região do triângulo mineiro, elas estavam vinculadas aos acontecimentos que se desenrolavam a nível nacional, e, porque não dizer, também, internacionais.

Analisando o mesmo período em relação ao Rio de Janeiro _então capital nacional_ Nicolau SEVCENKO⁽¹⁰⁾ desenvolve um estudo mostrando como esta cidade se reestruturou objetivando despontar como pólo das finanças, comércio e indústria nascentes no país.

⁹ - Jornal O Progresso, ano I, nº 36, 24/03/1908.

A política adotada buscava a mudança da cidade em sua estrutura básica, pois o Rio de Janeiro possuía um anacronismo entre sua organização urbana e o novo ritmo de uma cidade industrial. Ruelas, regiões pantanosas, doenças endêmicas, condições insalubres de vida, mestiços amontoados em cortiços facilitando motins, são apenas algumas situações que afastavam os europeus, e consequentemente os novos investidores que impulsionariam o desenvolvimento da capital. Algumas providências se faziam necessárias, no sentido de transformar esta realidade, e, criar espaços propícios aos industriais nos quais refletissem organização, beleza e ordem, que eram imprescindíveis à nova estrutura social. Partindo desta premissa, a classe dominante se organiza para lutar contra hábitos populares, manifestações culturais, a religiosidade etc. Essas lutas são perceptíveis nas leis que regulamentavam as maneiras de se vestir, de diversões como o carnaval, dos jogos como o do bicho, etc.

“Somente oferecendo ao mundo uma imagem de plena credibilidade era possível drenar para o Brasil uma parcela proporcional da fortuna, conforto e prosperidade em que já chafurdava o mundo civilizado”.⁽¹¹⁾

A identificação com a Europa necessitava de medidas de urbanização do espaço público bem como de medidas disciplinatórias. Destarte, se buscou os mendigos, expulsar pobres e vagabundos para os subúrbios. A imagem do Rio de Janeiro não poderia deixar transparecer sua face “negra”, era preciso criar uma parte visível eliminando o “lixo social” formada por um grande contingente humano.

¹⁰ - Para apreender melhor sua análise, consultar sua obra, Literatura Como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo. Brasiliense, 1985.

¹¹ - op. Cit., p. 29

SEVCENKO demonstra a proporção destes acontecimentos ao analisar as consequências deste processo: aumento de internações em hospícios, de casos de alcoolismo, de delinquência infantil, do aumento de suicídios, dos crimes, etc.

Ao analisarmos os acontecimentos da capital nacional, e fazermos um paralelo, ao que a elite de São Pedro de Uberabinha tentava implementar no município do começo do século, percebemos a tentativa de transpor um imaginário fundamentado na idéia de progresso que assolava o mundo. Era preciso urbanizar, nesse sentido, buscava-se criar aqui mecanismos que atendessem a esta finalidade.

“É um dever de gratidão e de fidalguia fazermos sempre propaganda e concorrermos para o desenvolvimento do lugar em que vivemos, e como nosso jornal foi criado para este fim, começamos hoje a encetar alguns artigos sobre a riqueza desta cidade”.⁽¹²⁾

Analisando o nome deste jornal, “O Progresso”, e também o outro que utilizamos como fontes, “A Nova Era”, percebemos uma ruptura, um processo divisor de águas. A sociedade anterior é considerada atrasada, ultrapassada e com relações sociais e costumes arcaicos. Portanto, faziam-se necessárias algumas exclusões sociais de parcelas da população que entravavam o desenvolvimento pois possuíam práticas condizentes a uma sociedade que deveria se transformar.

Os jornais assumem de frente seu papel e finalidade para os quais foram criados, disseminarem a idéia do desenvolvimento, resgatando as riquezas, as belezas, as possibilidades de instalações de indústrias, além de alertar para os

¹² - Jornal O Progresso, ano I, nº 06, 27/10/1908.

empecilhos, lutando e exigindo providências das forças competentes, para que fossem eliminados, e o progresso tivesse caminho livre.

A posição geográfica é destacada como entreposto distribuidor do comércio com outros Estados e cidades circunvizinhas. Destaca-se ainda o potencial hidráulico que é descrito como propício para mover as máquinas industriais. O grande objetivo era atrair capitalistas de São Paulo e Rio de Janeiro para o município. Neste contexto percebemos que haviam representantes comerciais destes grandes centros instalados na cidade e que faziam propaganda de compra de todo e qualquer excedente por suas matrizes, como exemplo podemos citar o Sr. Antônio Sereno que se enquadra neste perfil, e como profundo conhecedor da região, incentivou a cultura do arroz com o intuito de atender à demanda da capital e Estados vizinhos.

“Ora, uma cidade com todos estes predicados, hade forçosamente progredir, e para isto é mister attrair capitaes estranhos para applicarem a indústrias, que progrediriam, visto o consumo que teria nos mercados de Goyaz, Mato Grosso e no próprio triângulo”.⁽¹³⁾

Este pequeno trecho demonstra bem a atitude da elite do município em tomar medidas de higienização e disciplinarização. Primeiro se construiu uma imagem de cidade propícia ao progresso, e nesse sentido, a cidade deveria se configurar como bela, organizada, receptiva e acolhedora para atrair os agentes do desenvolvimento capitalista.

Quando o redator chefe, Sr Bernardo Cupertino diz: *“Hade forçosamente progredir”*, demonstra que além da busca pelo capital, e da propaganda

¹³ - op. cit.

embelezadora, havia um consenso em usar todos os mecanismos, inclusive a força, para a criação de condições acolhedoras ao progresso. Para os dominadores as condições naturais estavam dadas, bastavam algumas mudanças de comportamento social, e o município despontaria como polo regional do progresso, não importando as consequências junto à população, pelo contrário, o social seria organizado de acordo com as novas diretrizes, em outras palavras, com a exclusão daqueles que, de alguma forma, atrapalhavam o progresso.

No ano de 1907, o jornal O Progresso de primeiro de dezembro traz uma pequena nota dizendo ser de grande alegria para os moradores da praça Dr. Duarte o começo da demolição de uma casa que a câmara comprou de um cidadão. Neste artigo fica claro o engajamento do poder municipal, às aspirações da elite, que buscava o embelezamento do local citado. Isto possibilita visualizar o alcance das medidas para fazer cumprir leis como as da habitação que não permitiam cercas de materiais naturais como madeiras e bambus, e quanto às coberturas que também não poderiam ser de capim ou outro material que não o cerâmico, próximos ao centro e a meio quilometro ao redor das Igrejas.

Juntamente à exclusão daqueles que não tinham condições de embelezarem suas residências, para a periferia, ou que de uma forma ou de outra não queriam se enquadrar ao novo ritmo social, criou-se um discurso de que em meio aos necessitados esmolares, existiam indivíduos disfarçando e aproveitando a situação, pois não gostavam de trabalhar. Era missão da polícia encontrá-los e enquadrá-los ao labor. As reportagens demonstravam uma grande preocupação com o controle do cidadão, a dominação e direcionamento do crescimento

urbano, e, em nome do progresso, se voltam a influenciar e ditar regras sobre o comportamento ideal. São os porta-vozes e luz do progresso que todos devem seguir.

Nestes discursos percebemos os representantes da verdade e do caminho a percorrer pela sociedade. Se colocam como juizes dos acontecimentos, lutando contra a criação de impostos que não são aplicados de forma devida, ou seja, em benefício do progresso. Encontramos ainda uma ligação entre os jornais do município com os das proximidades, pois, sempre há elogios a editores, apoio a determinados artigos sempre direcionados ao progresso.

As matérias são claras mostrando que tudo deve se reestruturar em nome da consolidação de certos objetivos; o social, os costumes, a cultura ficam fora de cogitação, já que o caminho do progresso é único, e não deixa abertura para desvios, ou seja, as práticas devem estar sempre em consonância com as novas leis de mercado regidas pelas relações capitalistas.

Assim como elaboraram e passaram o discurso sobre as transformações tão “necessárias” ao município com tantas aspirações progressistas, a elite dominante controlava também a vida política do município. Criado em 31 de Agosto de 1888 por influência de fazendeiros, fortes chefes políticos da região, desde então Uberabinha, em sua organização municipal, se tornou um aparato legal para a dominação e controle social.

Em análise do conjunto de eleitores do município, percebemos que a lista traz o nome do eleitor, sua naturalidade e sua profissão. Além de Brasileiros encontramos portugueses e italianos na listagem. Quanto às profissões percebe-se

uma variedade, mas a maioria são fazendeiros e lavradores. O interessante é que todos deveriam ter sua profissão declarada ao se tornar eleitor. Entretanto, o caçador não votava, o mendigo também não, nem tão pouco as mulheres, incluindo ainda pessoas que se dedicavam ao comércio ambulante e outros mais nesta lista.

Os representantes, eleitos vereadores, deste corpo eleitoral eram escolhidos então por uma parcela pequena da população. Ao verificarmos as atas do período notamos que estes vereadores eram pessoas ligadas ao clero, aos militares, fazendeiros, etc. Não havendo espaço, portanto, dentro da política, para os representantes dos menos favorecidos de classes subalternas. Percebemos ainda muitas faltas às sessões que funcionavam na maioria das vezes com quorum mínimo. Nas atas tem-se a chamada dos eleitores, a leitura das atas anteriores que da mesma forma que os projetos colocados em votação são aprovados de forma unânime e sem maior discussão. É raro o pedido da palavra por parte de algum vereador.

As posturas municipais são ditadas por esta câmara municipal, interferindo e direcionando toda a vida dos cidadãos. Criam-se diversos impostos e multas sobre atividades e práticas do comércio e produção diversas. As leis são elaboradas sempre dentro de um arcabouço que pudesse atender as expectativas de um determinado segmento social. Vamos citar alguns exemplos que demonstram um controle e direcionamento dos comportamentos.

No título IV, capítulo I _polícia e segurança pública_ encontramos artigos contundentes referentes ao controle do cidadão:

Artigo 99 que trata dos jogos ilícitos; Art-108 que estabelece o toque de recolher; Art.111- “Só aos pobres, reconhecidamente taes, e aos sobrados, é permitido implorar à caridade pública”; Art.113- recolhimento à prisão por 24 horas dos ébrios; Art 114- “os loucos, são seus parentes obrigados a tel-os em segurança e tranquilidade da população”; Art 115- “E absolutamente proibida a entrada de ciganos no município”; Art.117- “São proibidos os sambas, batuques, catéretes e outras danças sapateados, dentro das povoações sem o pagamento do respectivo imposto e licença da polícia, sujeito a multas”; Art-118 “É proibido todo ajuntamento tumultuário com algazarra e vozes pelas ruas e praças ou em casas públicas e particulares, sujeito a multas”. Art.120- “É proibido toda e qualquer reunião em casas da meretrizes”.⁽¹⁴⁾

Estas seqüência de artigos são exemplos claros do direcionamento imposto a cada cidadão e a seu comportamento perante à sociedade, poderia citar ainda leis sobre a higiene pública, sobre o comércio, indústria e vários outros pontos evidenciando esta interferência e controle legal por parte do município. Entretanto uma melhor análise sobre algumas destas leis será feita no capítulo II, foram citados apenas para fazermos um contraponto do discurso criado e o aparato legal de controle que caminham juntamente, já que ambos são controlados pelos dominantes. Quero ressaltar que em 1903 foram publicados 304 artigos nas posturas municipais.

Percebemos aqui, que o discurso está ligado a um conjunto de leis, que se configuram como mecanismos legais para uma ação, no sentido de disciplinar hábitos e costumes de uma população, estruturando um vínculo social bem engendrado entre os habitantes, ao ponto de permitir um processo de exclusão

¹⁴ - Estatutos e Leis da Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha. Estado de Minas Gerais, 1903, Typ. “Livreria Século XX” de Arédio de Souza, Uberaba.

com o “apoio popular”, ou seja, em nome do progresso permitir que se matem cães de caça, que se prendam invasores de “propriedade privada”, que se multe os pescadores, os vendedores ambulantes, que force os pobres a mudarem-se para a periferia, que não concedam o direito de voto a todos, etc. Enfim os maiores beneficiados se restringem a uma minoria, enquanto que, grande proporção da população deveria se enquadrar aos novos tempos, mudando hábitos, costumes e obedecendo normas e leis.

As mudanças ocorrem sim, mas em meio a focos de resistências.

Concluimos assim, devido à grande ênfase dada ao discurso do progresso, e a quantidade de leis aprovadas em tão pouco tempo ^{pois} ~~que~~ havia muito o que mudar, e, portanto, existia sim um lado da população que não se interessava pelo “progresso”. Os jornais em nenhum momento dão voz a esta população, pois estão voltados para interesses de seus colaboradores e assinantes. Junto aos artigos que tratam o desenvolvimento do município encontramos trocas de gentilezas e parabéns entre pessoas da elite Uberabinhense, bailes em homenagem a juizes como o relatado pelo A Nova Era, em oferecimento ao Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa em 22-6-1907. Elogios à chegada do delegado à cidade, etc.

No que concerne a anúncios, o que encontramos são os relativos às casas comerciais, farmácias, dentistas, médicos, professores particulares, etc. Era prática também se colocar preços de mercadorias praticadas na semana, horários de funcionamento do correio e também horário de viagens dos trens para Araguari e Uberaba.

Assim, propagandas e agradecimentos se destinam a uma elite que detém o poder econômico e político no Município de São Pedro de Uberabinha. Ao analisarmos fotografias da época confirmamos estas análises pois se fotografou apenas aquilo que era “importante” para deixar perpetuado em forma de documento. Entretanto, estas fotografias nos mostram mais do que apenas seu propósito, temos a configuração de fundo ao objeto focalizado. Neste tipo de documentação visualizamos algumas contradições ao discurso, ruas esburacadas, casas pequenas e não cercadas, matagais próximos às residências, a estrutura do município deixa muito a desejar ao tão almejado progresso.

Passado alguns anos as fotografias nos revelam que os estabelecimentos comerciais de antes se tornaram uma potência em pouco tempo de existência. Verificamos isto pelos nomes de praças, ruas, que passaram a receber nome de pessoas ilustres de então. No Jornal de Uberlândia encontramos a seguinte descrição do começo do século:

“Há 25 anos São Pedro Uberabinha era uma cidade sem qualquer característica que abonasse as possibilidades do seu progresso contemporâneo. O incipiente comércio de então circunscrevia-se a meia dúzia de ‘empórios’ ou ‘bazares’ cujas transações não transpunham as fronteiras do município”. ⁽¹⁵⁾

A partir deste artigo percebemos a ênfase dada ao propósito de se trazer o progresso a qualquer preço, e lógico com isso ocorreram violentos choques aos costumes e hábitos, que de uma hora para outra se viram obrigados a deixarem de existir.

¹⁵ - Jornal de Uberlândia, 26/12/1936.

A citação deste artigo retrata bem a realidade do início do século em Uberabinha, o que percebemos também no acervo fotográfico existente. Só que foi neste contexto que se criaram as condições do futuro “maravilhoso” que temos conhecimento. Graças a pessoas que acreditaram nesse futuro, influenciadas por um contexto mais amplo, como a busca por referenciais na capital federal, e que não mediram esforços para impor suas ideologias que deram base à transformação futura. Fica aqui, portanto, a constatação de um processo muito bem sucedido e por consequência podemos dizer que violento e usurpador, pois não tomou conhecimento de uma grande parcela da população, que foi alijada dos acontecimentos, mas que fazem parte do processo histórico, que de uma forma ou de outra tentou resistir, mesmo que pedindo esmolas, pescando, caçando, comercializando de porta em porta, ficando registrada sua luta contra um inimigo extremamente forte e que possuía todas as armas e mecanismos.

CAPÍTULO II

As Contradições Entre Legislação e Modo de Vida

• **P**retendemos analisar algumas leis do código de posturas municipais, criadas e aprovadas no início do século, com a preocupação de resgatar o movimento histórico do qual elas fazem parte. São medidas colocadas em prática, com determinados objetivos que atendiam a uma parcela da população em seus anseios, e uma outra parte componente desta sociedade que as recebiam, mas que demonstravam sinais de resistência. Ressaltamos que a documentação do período em nenhum momento se refere a conflitos, lógico que estão em análise os jornais e as leis. Temos assim que construir nossas análises nas contradições entre o discurso, as leis e o modo de vida que era o objetivo a ser transformado.

Partindo deste viés de constatação, a análise busca por meio de resistências e contradições em cada artigo de jornal, que tão bem elaborado, enfático na busca pelo progresso, apoiador nato à legislação municipal, deixa transparecer um lado questionável do porquê ser necessário este trabalho tão intenso de convencimento? A problemática perpassa em mudar o ritmo da vida do município. Assim, este discurso tenta elaborar um novo referencial, desqualificando implicitamente toda uma prática existente.

No que concerne ao conjunto de leis municipais é preciso detalhar o caráter do poder público enquanto agente disciplinarizador e higienizador do espaço urbano. Quem controlava o poder municipal? Toda a população tinha acesso aos mecanismos legais do poder? Bem, estas são questões que deixamos claro no capítulo anterior e que são imprescindíveis para a continuação de nosso raciocínio.

A partir de 1898, a documentação demonstra os primeiros movimentos no sentido de efetuarem as - mudanças pretendidas. A primeira de todas as providências surgiu na organização municipal, só com este mecanismo em funcionamento seria possível criar um aparato legal de controle social na localidade. Desde o primeiro instante as leis vão sendo criadas no sentido de conduzir o município para “o futuro”. Não poderia ser diferente já que o controle econômico e agora o político andavam de mãos dadas. Vereadores e Agente Executivo ⁽¹⁶⁾, tinham o poder de criar leis, que todos os cidadãos do município deveriam segui-las, e como sabemos estes cargos eram ocupados por membros da elite local.

Entretanto, o rol de transformações pretendidas era variado e além do dinheiro necessário para efetivá-los a questão de controle do cidadão era fator inadiável. A articulação da elite nestes parâmetros foi rápido e precisa, no sentido de controle de toda e qualquer atividade e arrecadação financeira, criaram os impostos sobre todas as práticas existentes no município, proibiu-se outras que

¹⁶ - Até 1930 o cargo de prefeito recebia esta denominação.

entravavam os objetivos, instituiu-se as multas e contava ainda com a força policial para corrigir desvios.

A sequência de impostos ia desde a marcação de animais até as atividades industriais, passando por toda a atividade isolada, como a caça, onde o caçador teria que pagar imposto pelo seu cão. Juntamente aos impostos, o código de posturas controlava o comportamento dos indivíduos. O poder municipal precisava, então, de pessoas a seu serviço que garantissem a execução de suas diretrizes, e foi neste contexto que criaram-se os deveres e atribuições dos funcionários municipais, e eles é que vão fazer cumprir estas diretrizes.

A figura do fiscal geral ganha corpo, pois é ele, que atuará junto à população, fazendo cumprir a legislação municipal. Em troca de seus serviços este indivíduo recebia 10% do montante das multas por ele aplicadas. Se colocava então como testa de ferro do poder municipal, zelando pela boa imagem da cidade e como defensor da propriedade privada, pois impedia ao cidadão comum de invadir e explorar propriedades alheias, mesmo que o fim fosse a garantia da sobrevivência deste cidadão e seus filhos.

O contato com os documentos foi nos permitindo avaliar como o discurso vai sendo alterado e ganhando consistência, quando se colocam em prática as leis, as multas, com a presença do fiscal geral. Vai aos poucos ocorrendo a mudança de uma sociedade, antes baseadas em relações do campo tipicamente rurais, para novas relações voltadas para a urbanidade com a presença de indústrias, comércios, novas relações de trabalho etc. O espelho era a capital federal, onde o Sr. Pereira Passos fazia reformas neste sentido.

Neste contexto precisamos analisar algumas leis do código de posturas municipais de Uberabinha, para entendermos a violência destas contra os costumes e práticas populares, visualizando a abrangência do controle social pretendido a partir da legislação.

Na lei número 4 de 17 de Maio de 1898, encontramos a regulamentação sobre os cães no perímetro urbano.

“Artigo1- “Fica creado o imposto dentro do perímetro da cidade, sobre cães de caça.&.1- Este imposto será de cinco mil réis(5\$000) por trelha, para as veadeiras e de caça clamorosa, e, por cabeça para os perdigueiros”.⁽¹⁷⁾

Este imposto nos permite afirmar que havia uma prática de caça que garantia o sustento de alguns habitantes da cidade, portanto a caçada se dava em terras alheias, e isso deveria acabar; por outro lado, os donos da terra não precisariam pagar o imposto, o que nos leva a concluir que o objetivo era enquadrar este morador da cidade a novos hábitos para a sobrevivência e não a caçada que se tornaria dispendiosa caso mantivesse seus animais pagando os respectivos impostos, sem contar que teria de conseguir dinheiro para este pagamento. A liberdade era um fator que não podia existir, cada um desempenhando a função que quisesse para sobreviver atrapalhava o crescimento do município, que precisava organizar mão-de-obra para atender as novas necessidades que se desenhavam no comércio e nas indústrias. Além disso, a

¹⁷ - Estatutos e Leis da Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha. Estado de Minas Gerais, 1903, Typ. “Livreria Século XX” de Arédio de Souza, Uberaba.

garantia de não invasão das terras alheias _propriedade privada_ era mais um ideal burguês que se definia.

Da mesma forma que a lei citada anteriormente, a número 5 do mesmo ano que dispões sobre cabras, cabritos e carneiros, proibindo o trânsito destes animais pelas ruas estipulando multas a desobedientes, demonstra a restrição da criação destas espécies somente a proprietários de terras. Assim mais uma providência visava retirar do pobre sua fonte de leite e carne que lhe garantia a sobrevivência. Outra vez percebemos aqui pessoas que exerciam práticas alternativas para sobreviver sem se entregarem ao trabalho por salário em um comércio ou indústria.

Ao analisarmos a lei número 9 de 9 de Setembro de 1898, observamos a ênfase à lei anterior, só que agora estendendo-se à criação de gado dentro do perímetro urbano. Excetuando-se uma ou duas vacas leiteiras, mas com um imposto de 2\$000 réis por cabeça. É interessante observar como a criação de cabras e cabritos estava sendo taxada, podemos pensar que as pessoas que tinham esta prática mudaram para o gado bovino, daí a necessidade de nova lei proibindo esta prática, para não causar revolta geral permitindo um ou dois animais, para tanto, cria-se um imposto sobre as mesmas o que obrigaria seu proprietário a ganhar este montante em outra atividade ou mesmo a vender sua criação.

No ano de 1899, temos a lei número 11 de 9 de janeiro que taxa os mercantes usuários do mercado municipal, e, tornando este local, no único espaço permitido às transações comerciais. No artigo IX desta lei temos:

“O fiscal procederá com toda energia para infundir o devido respeito no desempenho de suas atribuições, ao mesmo tempo que tratar com toda a urbanidade os mercantes, mantendo a ordem e respeito na casa”.⁽¹⁸⁾

Por este aspecto é possível visualizar a preocupação com a “urbanidade”, a ordem e o respeito são preocupações para que não se alterem as práticas inseridas no dia-a-dia da cidade. Deixando claro mais uma vez a função do fisco geral. Esta função, criada com a implantação deste novo ritmo de vida e controladora das atividades, pois fôra criado um que espaço legal, onde as transações comerciais deveriam ser efetuadas. Portanto, toda e qualquer atividade fora do mercado, seja praticada por ambulantes ou pequenos proprietários, se constituía em irregularidade, sujeita a multas.

Seguindo os caminhos desta lei surgiu a número 13, que estabelecia a obrigatoriedade em se tirar licença para a venda de carnes em vasilhas ou por qualquer outro meio. Foi o combate ao comércio clandestino de carne outra prática direcionada àqueles que não estavam inseridos nas novas relações comerciais. Vamos aqui resgatando a importância das leis e impostos criados pelo poder municipal para organizar e transformar a vida do município criando através da disciplinarização e higienização as relações que conduziram ao progresso.

Nesse sentido, e, em nome da higiene social, as novas leis são impostas e as pessoas vão sendo obrigadas a segui-las já que se tornam contraventores caso não se enquadrem, pois quem fazem as leis são os representantes da sociedade que deseja as mudanças, oficialmente falando.

¹⁸ - op. cit.

A 21 de Outubro de 1901, com a lei número 26, estipulou-se impostos sobre todos os comerciantes, mascates e qualquer estabelecimentos, comercial ou industrial, e também sobre qualquer profissão. Vai assim criando todo um aparato para arrecadação de recursos que serão aplicados nas transformações futuras rumo ao progresso e o que é melhor aos poucos apesar das resistências, coloca o cidadão sob controle, já que o poder legal cria leis, o fisco as coloca em prática com as multas e pressões e a polícia faz o corretivo dos mais radicais.

Para atingir sua finalidade estas leis não poderiam ficar presas apenas ao aspecto econômico, e foi assim que a cultura e hábitos populares receberiam também leis específicas sobre comportamento. Alguns artigos do código de posturas publicado em 1913, demonstram a abrangência das leis contidas neste documento:

“Art. 242_ dispõe sobre as formas de cercamento das casas, devendo, este ser feito com material que ofereça arquitetura e segurança.

Art. 489_ trata sobre a vacinação ou revacinação nos domicílios. Ninguém poderá resistir ao vacinador que tem total liberdade de entrar nas casas e fazer a aplicação.

Parágrafo único_ “Aquelle que por qualquer modo impedir ou dificultar a entrada do vacinador municipal nos domicílios, ou estabelecimentos, impedir a vacinação sem motivo justificado por atestado médico, será multado e proceder-se-á a vacinação pelos meios legais”.⁽¹⁹⁾

A insalubridade assume papel importante para os dominantes. Com o discurso de doenças endêmicas, dos perigos das promiscuidades, cria-se uma determinação legal, inclusive com multas, para se invadir o lar das pessoas

¹⁹ - op. cit, doravante denominado Código de Posturas.

exercendo uma vigilância dentro das residências. A liberdade do vacinador é exemplo da posição oposta do cidadão que perde por completo a sua, se vê a mercê do poder público se comportando passivamente frente ao discurso da saúde pública. Entretanto mais uma vez precisamos atentar para a necessidade das leis e multas; elas evidenciam a contradição de que o indivíduo deve ser obrigado a aceitar a intromissão, ele não abre sua residência de forma espontânea e sim por pressão e medo.

Art. 541_ “São proibidas dentro da cidade e povoações os cortumes de couros, fábrica de sabão e outros que prejudiquem à saúde pública ou causem incomodos aos vizinhos”.

Art. 553_ “São proibidos os tumultos, algazarras ou vazerios que ofendem a moral ou pertubam o sossego público de dia ou de noite, nas ruas, casas de negócios ou particulares. Pena: multa de 10\$000 e dois dias de prisão”.⁽²⁰⁾

A organização da população se dá com o discurso de respeito ao próximo é preciso garantir a tranquilidade deste, as contravenções se configuram em caso de polícia. Fica claro por exemplo no artigo 558, no qual se proíbe tirar esmolas dentro do município, a atuação da força policial, que definirá quem realmente necessita desta prática e quem está apenas aproveitando da boa vontade alheia. Fica aqui mais um foco de resistência do cidadão, que busca sobreviver sem o trabalho regular, já que não possui mais meios de se manter sozinho parte a implorar a ajuda de outros. Seria uma forma de fugir do alcance da lei, logo corrigida pela ação do policial. Percebemos a criação de uma redoma de proteção ao cidadão que segue às novas determinações sociais, fundamentadas em valores

²⁰ - op. cit.

e no discurso de uma parcela mínima da sociedade. Facção esta que não mede esforços e nem força de repressão para corrigir e punir focos de resistência, e o que é melhor, para enquadrá-los à nova dinâmica imposta.

Art. 562_ “toda pessoa que espalhar boatos falsos alarmenante será multado em 20\$000”.⁽²¹⁾

Enfim, de maneira nenhuma é permitido incomodar o sossego público. O vizinho honesto, trabalhador precisa recuperar energias para desempenhar com afinco sua função na sociedade.

Com base nesta seqüência de leis aqui analisadas, fica compreensível que havia um caráter conflitivo entre o modo de vida existente e a legislação criada, e aos poucos colocada em prática. A lei se torna um instrumento de correção dos comportamentos e hábitos praticados por uma parcela da população, na tentativa de se criar uma nova maneira de agir junto a estas pessoas.

A partir da situação de conflitos ⁽²²⁾ é que se busca fortalecer o poder público que se coloca como mecanismo legal, e o meio eficaz de se fazer concretizar um discurso específico. Assim concluímos que este poder institucionalizado no município, dá base ao processo de disciplinarização e higienização do espaço público _com suas extensões e implicações ao espaço privado_ que se fazia tão necessário às vontades de uma elite controladora da

²¹ - op.cit.

²² - De acordo com ENGELS em, A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. 8ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, páginas 227-228, “Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu no seio do conflito entre elas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida”.

vida econômica, política e que tentava ainda impor sua referência cultural, conseguindo assim uma dominação sobre o restante da população.

Ao contrário da imagem elaborada pelo censo comum em Uberlândia, onde o poder público surgiu como uma força superior imanente da própria sociedade, e por isso inquestionável, se tornando o “mediador”, ou melhor, o controlador dos conflitos, e tudo fluía maravilhosamente graças à inteligência e espírito empreendedor de pessoas ilustres que ocupavam posição de destaque, situação de não conflito perpassada até nossos dias, percebemos melhor quem controlava o poder municipal objetivando impor a posição desta organização à grande parte da população, expurgando assim para uma zona periférica, aqueles que entravavam o progresso, e disciplinarizando seus hábitos e costumes.

Considerações Finais



or se tratar de uma monografia de final de curso, me sinto satisfeito, no que diz respeito a atingir os objetivos deste tipo de trabalho. Desenvolvendo cada etapa, enfrentando barreiras, concluímos a dissertação com algumas certezas e com várias possibilidades de continuar as pesquisas sobre o tema. A variedade de fontes a se pesquisar não se resumem nas que utilizamos; a bibliografia a ser lida é muito vasta; são vários os aspectos do cotidiano que poderiam ser resgatados, as fontes orais não foram explorados e ainda são possíveis; uma ênfase em questões de trabalho da moral, da religiosidade, das diversões, da saúde, enfim, são várias as alternativas para aprofundamento da pesquisa na direção seguida por esta monografia.

Destas várias possibilidades optei em ter um primeiro contato com os acontecimentos do início do século, portanto, minha análise se prendeu a uma documentação mais resumida, e, não desenvolvi todo o possível de se observar nesta documentação. As causas são muitas, desde a falta de tempo até a falta de experiência com este exercício, o que sei é que todas as vezes que leio o que escrevi dá vontade de direcionar o assunto por outro viés que não abordei, enfim fiquei entusiasmado pois consegui produzir alguma coisa minha e ao mesmo tempo, tenho certeza também que tem muito a se aprofundar ainda nesta pesquisa, tenho a certeza que apenas engatinhei nos resultados do meu projeto.

Apesar da consciência dos limites de minha pesquisa, creio que contribui um pouquinho com a construção da história do município, ao menos tentei me desgarrar do discurso oficial, e de forma crítica busquei analisar alguns acontecimentos apresentando as fontes e promovendo um diálogo fundamentando os resultados nas contradições dos discursos e das leis. A partir daí busquei entender a passividade ou resistência da classe pobre no município, tentei ainda visualizar a imagem feia, oculta, encoberta pelo discurso dominante e que a documentação tenta encobrir, mas que, como demonstrei, é possível construir uma história também com estes documentos não perpetuando o discurso e a imagem criada pela elite, como encontrei nos trabalhos que analisei sobre o município, e que foram escritos por pessoas com intenção de uma análise crítica.

Ao longo da pesquisa a noção de processo foi tomando conta do trabalho, pois a cada nova lei, podíamos ir observando a tentativa de se controlar um dos aspectos sociais e a resistência se torna visível muitas vezes. Assim um processo de luta de classes toma corpo, e isto nos remete à nossa contemporaneidade, nos dando a luz que precisamos para tomarmos posição nos acontecimentos que nos rodeiam, estamos inseridos em um processo de transformações, sujeitos às leis e determinações de uma estrutura social que se diz representantes do povo, e como percebemos à nossa volta, bairros são criados distantes da cidade para valorizar áreas de terras pertencentes a prefeitos, secretários, imobiliárias etc. Existe muita coisa acontecendo ao nosso redor e não podemos ficar inertes, temos que tomar posição, lutar, e quem sabe nossa contribuição não mude o rumo de nossa história.

Minha monografia tenta despertar a atenção sobre as leis que são criadas e o papel do poder público na sociedade, sempre existindo uma parcela da população controlando e direcionando a política, economia e cultura.

Não escrevi uma obra holística e nem pretendi aqui ser o dono da verdade. Portanto, também não sendo teleológica, o que espero é ter apenas contribuído para que novos trabalhos continuem sendo realizados sobre este assunto.

A análise que fiz com o presente trabalho, necessita de uma compreensão mais aprofundada em vários pontos, destaco aqui a educação que era um fator importante, mas que não abordei o suficiente deixando para uma futura dissertação este viés de análise. Entretanto pude perceber questões importantes como a transformação que se estruturava para promover a base de futuras relações capitalistas mais consistentes, e a violência quase imperceptível de exclusão e enquadramento de pessoas ao novo ritmo.

Fontes

JORNAIS

JORNAL O PROGRESSO, ano I, nº 6-41, Uberabinha, 1907-1908 - Arquivo Público Municipal

JORNAL A NOVA ERA, ano I. Nº 1-26, Uberabinha, 1907 - Arquivo Público Municipal

ATAS

Atas Municipais referentes ao período 1900-1915 - Arquivo Público Municipal

ACERVOS

ACERVO JERÔNIMO ARANTES - Arquivo Público Municipal

ACERVO JOÃO QUITUBA - CEDHIS/UFU

Anexo

Fotografias



rua da Liberdade, hoje Clarimundo Carneiro. Residência
de Antônio da Costa, Costinha. Armazém e Casa Comer-
cial do Sr. Antônio Teixeira.



Casa Comercial do Sr. Custódio Pereira e Anízio Vilela. 1902.
rua da Matriz, hoje Cícero Macedo.



+ 1910 Casa Comercial Tônico Resende.
Praça Dr. Duarte.



Cárcere do Padre Pio - Pça da Independência, hoje Pça Cel Carneiro.



Ponte do Marquinho em construção



Primeira ponte sobre o rio
Uberlândia - 1935
A ponte foi construída sobre
o rio Uberlândia, que
é o maior rio da cidade.
A ponte tem 100 metros
de comprimento.



Usina do Carneiro, fundada por Cel Carneiro $\pm$ 1910

Bibliografia

CARVALHO, José M. De. Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não Foi. São Paulo. Cia das Letras, 1987

CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia. O Discurso Competente e Outras Falas. São Paulo. Moderna, 1981

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim. O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 1ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1986

ENGELS, Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. 8ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1982

FENELON, Déa Ribeiro. O Historiador e a Cultura Popular: história de classe ou história do povo? In: Revista História e Perspectiva. Nº 6. Uberlândia. UFU, 1992

GRAMSCI, Antônio. Concepção Dialética da História. 2ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978

RAGO, Margareth. Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar. São Paulo. Paz e Terra, 1985.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura Como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo. Brasiliense, 1985

TEIXEIRA, Tito. Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central: história da criação do município de Uberlândia. Uberlândia. Gráfica Uberlândia, 1970

THOMPSON, E. P. Senhores e Caçadores. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987